

AUGUSTOS, E DIGNÍSSIMOS SENHORES REPRESENTANTES DA NAÇÃO.

CUMPRINDO com o disposto na Lei, venho apresentar-vos o Relatorio da Repartição da Justiça a meu cargo.

SEGURANÇA PUBLICA.

O espirito sedicioso, as discordias, e perturbações civis não tem ainda cessado de dilacerar diferentes Províncias do Imperio.

O Pará desde Agosto de 1831 não goza de tranquillidade; os Cidadãos, então expulsos da Capital da Provincia por effeito da sedição, que depozera o Presidente, dirigindo-se para o interior do Paiz, dispozerão os espiritos para a sublevação, excitando os odios mal apagados dos nascidos no Brasil contra os nascidos em Portugal. Voltados á Capital, depois que ahi se apresentou novo Presidente e Commandante d'Armas, assenhoreando-se das Justiças de Paz, conseguirão pronunciar hum excessivo numero de Cidadãos, entre os quaes muitos ha de consideração social, que, ou jazem em prisões, ou se achão homisiados, e fugitivos.

(2)

A este flagello de humia perseguição feita em nome das Leis estiradas por executores de partido tem accrescido outros não menos deploraveis. Bandos de assassinos armados, vagando sobre o Amazonas, tem atacado muitas Canôas de Commercio, e levado a audacia ao ponto de accommetter Povoações, incutindo o terror em toda a parte, roubando, e matando cruelmente a muitos nascidos em Portugal. Taes attentados tem sido mesmo commettidos na Capital. Ultimamente a sedição da Comarca do Rio Negro, que se declarou Provincia, erigindo Presidente e Commandante d'Armas, veio pôr cumulo a tantos males. Em verdade esse Governo ephemero desappareceo; mas justificados motivos ha para crer que alguns dos compromettidos nessa revolta, homens perdidos de fortuna, e reputação, tratem de insurgir algumas Tribus d'Indios, ou passem a engrossar as bandas de assassinos, que infestão o Amazonas, e que apesar dos esforços do Presidente, não se achão ainda completamente apprehendidos.

A Comarca do Crato, do Ceará, acha-se pacificada: os dois principaes Chefes dos dissidentes d'essa Comarca achão-se presos em Pernambuco; entretanto o estado moral do Paiz não promette quietação duradoura. O General encarregado da pacificação d'essa Co-

(3)

marca accusa de graves e horrorosos attentados aos Chefes da força, que combateo os dissidentes antes da sua chegada áquella Provincia; por outra parte o General he arguido de arrogar-se o direito de amnistiar a muitos Chefes dos dissidentes puniveis, em conformidade das disposições do Codigo Criminal, e de exagerar os actos de severidade contra elles praticados, não enxergando que erão de pequena entidade, em comparação dos roubos, incendios, devastações de propriedades, e horrorosos assassinatos por elles commettidos contra os defensores da ordem estabelecida.

O Governo ainda não obteve os esclarecimentos e informações ultteriores, que a semelhante respeito julgou dever exigir, nem ainda lhe cousta ter chegado áquella Comarca o Magistrado para ella nomeado; entretanto o conhecimento da existencia de odios inveterados, e da falta de civilisação n'aquella Provincia, que por vezes tem sido theatro da guerra civil, lhe faz conceber a possibilidade de terem sido ahí praticadas todas as atrocidades ordinarias em semelhantes guerras, e de terem sido commettidos attentados de parte á parte; em consequencia tem dirigido ordens para que o crime seja punido, quaer-

quer que sejam seus authores, qualquer que seja a bandeira sob que tenha sido commettido.

Nas Provincias de Pernambuco, e Alagoas ainda não está terminada a guerra civil: os dissidentes de Panellas, e Jacuipe achão-se em verdade dispersos pelas matas; mas promptos a reaparecerem, logo que essas Povoações sejam desoccupadas pela força ora ali estacionada.

Na Provincia da Bahia por vezes tem corrido o boato da existencia de diferentes conspirações, e proxima appareição de movimentos revolucionarios; felizmente porem taes receios se tem dissipado, e a tranquillidade só foi perturbada na Capital em Março deste anno por alguns individuos sem nome, que, atacando o Quartel da Cavallaria de Permanentes, roubáram alguns cavallos, sem manifestarem pretensão politica: tambem a Comarca da Jacobina tem continuado a sofrer desordens, originadas de rivalidades individuaes, e de familia, e talvez de aspirações a Cargos Publicos.

O Rio Grande do Sul tem-se conservado em alguma agitação em razão da existencia ali de grande numero de refugiados do Estado Oriental, os quaes, alem de terem intentado receios ao Governo d'esse Estado pelas intenções hostis, que lhes imputavão,

(15)
parece que tratavão de formar partido no Paiz a favor das pretensões de Lavalleja, pelo que o Governo tem dado terminantes ordens, para que taes hospedes se contenhão, ou sejam despedidos da Provincia.

Nas fronteiras do Baixo Paraguay, Provincia de Matto Grosso, teve lugar huma sedição, ou antes motim militar, que não produziu males prolongados, por se ter dissolvido o resto da Legião d'aquella Provincia, que se havia amotinado; entretanto na Cidade de Matto Grosso, antiga Capital da Provincia, pretensões tem apparecido de se declararem seus habitantes independentes do Cuiabá; parece porem que nenhum movimento contrario á ordem se deve recear, visto que hão ultimamente recorrido aos Poderes Nacionais para obterem a pretendida separação.

A 22 de Março do corrente anno teve lugar huma sedição Militar na Cidade do Ouro Preto, Capital da Provincia de Minas Geraes, com o fim de depor o Presidente, expelir da Capital a dois Conselheiros, demittir alguns Empregados, e admittir outros. O Presidente da Provincia, que se achava na Cidade de Marianna, por hum Officio dirigido ao Conselheiro Supplente, a quem os sediciosos elevarão á Presidencia, se declarou coacto, e isso fez com que a Câmara

(6)
da referida Cidade reconhecesse o Governo do Ouro Preto; porém felizmente o exemplo não foi imitado. Todas as mais Municipalidades da Provincia, de que ha noticia, protestarão não adherir á similhante sedição, e nem reconhecer Presidente, que não fosse o legitimo, ou outro a quem a Regencia houvesse de conferir o Emprego; e isso fez com que o Presidente, tomando novo accordo, partisse para a Villa de S. João d'El-Rei, e ali fixasse a séde do Governo Provincial. As medidas que o Ministerio tomou quando teve noticia, bem que pouco circumstanciada, d'esta sedição, forão publicadas, e tenão sem duvida chegado ao vosso conhecimento. Ultimamente foi o Governo informado de que nas immedições do Ouro Preto se achavão numerosos Batalhões de Guardas Nacionais que, cheios de enthusiasmo pela causa da legalidade, marcharão dos diversos pontos da Provincia, a fim de fazerem reconhecer pelos sediciosos o legitimo Presidente; estes pedirão alguma demora em quanto esperavão resposta de hum Protesto, que dirigirão á Regencia, e como essa resposta tem sido dada, he de erer que em breve estará restabelecido no Ouro Preto o Governo legitimo.

A Capital, e as outras Provincias do Imperio, depois do encerramento da sessão do

(7)
anno proximo passado não tem soffrido nenhum movimento politico, que alterasse a ordem; mas, Senhores, he necessario declarar-vos francamente, que o estado da Capital, e o da mór parte das Provincias do Imperio não he lisongeiro, e nem apresenta hum aspecto tal, que o Governo confie poder n'ellas conservar, e manter inalteravel a paz, o repouso, a tranquillidade, e a segurança, com os meios, que actualmente tem a seu alcance. Por huma parte as divisões de partidos, e os odios politicos se tem tornado mais salientes; por outra, a moeda falsa he hum fermento de desordens, que já por vezes tem apparecido nas Provincias do Norte. Alem d'isso a insufficiencia dos meios de repressão legal contra os crimes, que atacão a propriedade, e a vida dos Cidadãos, parece evidente á vista da maior frequencia, com que taes crimes são commettidos em quasi todas as Provincias. O primeiro mal poder-se ha diminuir com a conclusão das eleições, e decretação de mais efficazes meios de repressão legal contra os enormes abusos da liberdade de exprimir os pensamentos; mas provavelmente não se extinguirá inteiramente senão depois que a Legislatura futura tiver fixado o estado politico do Imperio, adoptando, ou regeltando as reformas Constitucionaes, cuja pendencia o

tornão vacilante. Os outros podem ser inteiramente curados por vós.

FORÇA PUBLICA.

GUARDAS PERMANENTES.

O Corpo da Guarda Municipal Permanente desta Cidade ainda não está completo: contados os addidos, que ainda existem, apenas continha até 22 do mez passado 165 Praças de Cavallaria, e 356 de Infanteria, ao todo 521. Isto deve convencer que o soldo de cada Praça de Soldado, bem que parecesse grande ao tempo da fixação, não he ainda sufficiente, para se poder contar com engajamentos voluntarios, que possam elevar este Corpo ao seu estado completo, como imperiosamente exige a segurança publica, humma vez que se continue a não admittir todos os individuos, que se apresentam querendo engajar-se, mas sómente aquelles, que, por seus costumes, se julgão proprios, e dignos de serem acceitos.

Os serviços, que a Guarda Municipal Permanente tem feito á Capital são de notoriedade; maiores o teria ainda ella feito, se por ventura podesse ter sido applicada sómente aos fins, por que foi creada; mas as-

(9)

sim, não tem acontecido, porque a falta de Tropa de Linha, e o deleixo das Guardas Nacionaes, tem necessitado tambem o seu emprego na guarnição da Cidade, o que, alem de a sobrecarregar com hum serviço demasiadamente pezado, e superior ao seu numero, faz com que a Policia seja mal servida, pois ultimamente apenas tem podido ser n'ella empregada a força de Cavallaria. Se por ventura a Assemblea Geral não decretar meios, pelos quaes a guarnição das Estações Publicas se faça independente de prestações de contingentes d'este Corpo, então necessario será que seja elevado a 1:000 Praças; se porem taes meios forem decretados, bastará que, ou com offerecimento de maior soldo, ou por via de recrutamento, se possa conservar sempre em seu estado completo.

Apezar das providencias dadas pela Resolução de 13 de Outubro do anno passado, a organização d'este Corpo ainda tem defeitos, e hum d'elles he o diminuto numero de Officiaes para Companhias tão nemerosas. As penas de disciplina tambem não estão em relação com a alteração tocante ao modo do alistamento feita por essa Resolução, e hão por isso mister serem alteradas. Sem embargo este Corpo se conserva subordinado e leal.

A Villa de S. Salvador de Campos tem

por vezes requerida a criação de huma Companhia de Guarda Municipal Permanente no seu Municipio, e a importancia desta Povoação parece apoiar sua pretensão, e tornal-a digna da consideração d'Assemblea Geral.

Por falta de informações não tenho podido saber se os Corpos e Companhias desta Guarda, que por virtude da Lei de 10 de Outubro de 1831, se crearão em quasi todas as Provincias do Imperio, se estão ou não completos; julgo porem que os mais numerosos não o estão, porque assim tem sido participado por alguns Presidentes, e porque he natural que nas Provincias aconteça o mesmo, que nesta Côrte, huma vez que se não queira admittir a ella individuos sem costumes, e pouco proprios para o serviço, a que he destinada.

As duas Companhias das Alagoas foram elevadas a 150 Praças cada huma, e seu soldo augmentado, pela necessidade que houve de empregar-as contra os dissidentes de Jacuípe.

A Companhia creada na Provincia do Rio Grande do Norte foi dissolvida, por causa da opposição feita pela Thesouraria respectiva ao pagamento de seus soldos.

Na Provincia do Maranhão creou-se mais huma Companhia destas Guardas.

GUARDAS NACIONAES.

As Guardas Nacionaes desta Provincia achão-se organisadas em quasi todos os Municipios; o alistamento d'este anno foi em parte embaraçado pelas Eleições, e muitos outros trabalhos dos Juizes de Paz; talvez por essa causa não tenho ainda recebido os Mappas da força ora existente.

Os Batalhões de Infantaria, e Esquadrões de Cavallaria desta Cidade estão fardados, e armados; os do Termo, e os dos outros Municipios estão pela maior parte desarmados, pela falta de armamento disponível no Arsenal, e pelo estado de ruina, em que se acha quasi todo o pertencente ás Milicias, que alem d'isso não he sufficiente.

Os Guardas Nacionaes, sendo obrigados pela Lei aos concertos, repugnão recebê-lo no estado em que se acha, e isso difficulta e torna improficua a sua instrução, para a qual todavia se tem dado as providencias ordenadas pela Lei.

Ainda não obtive das Provincias as informações, que exige, sobre o estado da organização d'estas Guardas em cada huma d'ellas, sobre a sua força numerica, armamento, e instrução; porem as respostas dadas por alguns Presidentes ás circulares, que a este

respeito lhes forão dirigidas, dão a conhecer que n'essas Provincias as Guardas Nacionaes não se achão organisadas em todos os Municipios, e n'ellas não existe armamento sufficiente.

Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação! Vós sabeis que os Batalhões das Guardas Nacionaes desta Cidade desde a sua organização tem estado encarregados da guarnição da maior parte das Estações Publicas; Vós sabeis que este serviço, que ao principio era feito com zelo, e patriotismo deixou de o ser, desde que o receio da anarchia desapareceo: esse conhecimento fez com que na Sessão passada, emendando a Lei de 18 de Agosto de 1831, Vós ampliásseis o alistamento, fazendo comprehender n'elle hum maior numero de Cidadãos, e reformásseis as penas de disciplina; mas o amor da verdade me obriga a declarar-vos que vossas intenções se malograrão, e que o resultado d'essas emendas não correspondeo ao espirito, com que ellas forão dictadas. Por huma parte a comprehensão dos Empregados Publicos na lista do serviço ordinario se tornou inteiramente illusoria, em razão da faculdade de dispensal-os de todo o serviço concedida aos differentes Ministerios; faculdade, que tem sido amplamente

exercida, por assim o exigirem as necessidades do serviço publico, e em razão da dispensa, que o Codigo do Processo concede aos numerosos Inspectores de Quarteirão; por outra parte a reforma das penas de disciplina em vez de melhorar o que estava estabelecido, no meu entender empeiorou, pois facultando-se aos Chefes a imposição da pena de prisão por tres dias aos Guardas, que commettem faltas de serviço, revogou-se o Art. 113, que permittia a mesma imposição por oito dias, quando os Guardas estivessem em serviço de destacamento.

He verdade que aos Conselhos de Disciplina se permittio a imposição da pena de prisão até quinze dias; mas similhante medida se tem tornado inteiramente improficua.

Os Conselhos de Disciplina são interminaveis: os Guardas Nacionaes em quanto respondem a elles lucrão não entrarem na distribuição do serviço, e podem quasi sempre contar com a impunidade.

Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação! As penas de disciplina applicadas aos Guardas Nacionaes de França não são efficazes neste Imperio: ali existe hum numeroso Exercito, huma força Policial sufficiente; aqui pode-se dizer que não existe Exercito, e que a força Policial he

quasi nulla; portanto o serviço que ali ordinariamente se exige da Guarda Nacional, não tem comparação com o forçado, e continuo, que actualmente se está exigindo della nesta Capital.

Alem disso muitos Guardas Nacionais do Imperio, acostumados ao regimen austero das Milicias, zombão inteiramente das penas, que, em virtude da Lei, lhes são impostas; alguns occultão-se em casa para não serem presos, e os Juizes de Paz, depois da execução do Código do Processo Criminal, recusão passar Mandados para se lhes entrar em casa.

Encho-me de praser declarando que muitos Chefes, Officiaes, e simples Guardas Nacionais ainda se prestão ao serviço com zelo, promptidão, e boa vontade; o seu patriotismo, e esclarecido amor da ordem lhes faz conhecer a necessidade com que são a elle chamados; a maior parte porem dos Guardas, forçoso he dizel-o, com constrangimento se prestão ao serviço ora exigido, e por isso he este mal feito.

Se pois a Assembleia Geral não julgar conveniente o estabelecimento de huma força assoldada sufficiente para o fornecimento do serviço ordinario da guarnição, então necessario será que a Lei seja de novo re-

vista, e accommodada ás circumstancias peculiares do Paiz, no que toca ao modo do alistamento, e qualificação, que convirá ser incumbido a hum só executor, acautelando-se, e evitando-se as mudanças dolosas de Municipio, ou Freguezia, e finalmente no que toca ás penas de disciplina, que convirá tornar mais severas.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL.

A Administração da Justiça Criminal vai receber huma forma inteiramente nova com a execução do Código do Processo Criminal. Para facilitar, e harmonisar a execução deste Código, o Governo deo as Instrucções constantes do Decreto de 13 de Dezembro do anno passado, que vos terá sido presente. Pelo Decreto de 23 de Janeiro do corrente anno deo tambem hum Regimento ás Relações, regulando a nova forma de julgar conforme as disposições do Código.

Este Regimento fixou para cada huma das Relações o numero de quatorze Desembargadores, numero em verdade excessivo, mas necessario para o julgamento dos processos de responsabilidade dos Juizes de Direito, e Commandantes Militares, segundo a forma de taes processos no Tribunal Supre-

mo de Justiça, que o Código mandou adoptar. Apesar de se ter estabelecido semelhante numero, preenchidas as Relações, ainda restavam muitos Desembargadores. O Governo resolveo por isso aposentar nove, cujos Decretos serão remettidos á Assembleia Geral, por dependerem de sua approvação. Outros Desembargadores ficarão como addidos ás Relações, cabendo á desta Côrte maior numero, por serem muitos de seus Desembargadores Membros do Corpo Legislativo.

Se a Assembleia Geral quizer alterar a forma dos processos de responsabilidade dos Juizes de Direito, sem se augmentar o numero dos Desembargadores, podem-se crear Relações em mais tres Provincias, reduzindo-se a nove ou dez o numero de Desembargadores de cada Relação.

Em execução do referido Código nesta Provincia o Governo fez a nova divisão de Termos e Comarcas constante de dois Decretos de 15 de Janeiro do corrente anno, e tem dado todas as mais providencias, que d'elle dependem; apesar disso os Jurados ainda não trabalham, por não estar ainda concluido o seu alistamento, que alias muito se tem recommendado aos Juizes de Paz.

Das Provincias só por ora consta estar

feita a nova divisão de Termos e Comarcas na de S. Paulo, Santa Catharina, e Espirito Santo.

Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação! Julgo do meu dever declarar francamente que o novo Código tem defeitos graves, que necessitam de correção: a pratica provavelmente descobrirá muitos, que por ora ainda não são vistos; entretanto já se enxerga que, alem da falta de ordem, methodo, e clareza necessaria em huma Lei, que tem de ser executada por homens não versados em Jurisprudencia, ha no Código do Processo repetições, omissões graves, e até artigos inteiramente antinomicos. Em verdade, Senhores, as melhores theorias da Jurisprudencia Criminal de Inglaterra, e dos Estados Unidos, erão conhecidas pelos Auctores do Código, mas não posso deixar de dizer, que a applicação ao nosso Paiz foi infeliz. Usouse de fórmulas tão absolutas, que parece que se suppoz que nós eramos hum Povo novo, que não tínhamos Leis, que não tínhamos Juizes, nem processos pendentes.

Eu seria demasiadamente longo se pretendesse apontar todas as faltas, difficuldades, e inconveniencias, que tenho nelle encontrado; limito-me portanto a dizer, que

a sua revisão he absolutamente necessaria, e com a maior urgencia, para se prevenir huma completa anarchia Judiciaria no Foro Criminal. Senhores, os Codigos dos Povos não tem sido feitos de hum só jacto; os melhores que possuem as Nações civilisadas são compilações de Leis ja existentes, e justificadas pela experiencia; entre nós porém, tanto no Codigo Criminal como no do Processo, não se compilarão Leis existentes neste Imperio; e no do Processo não se podia mesmo compilar, porque não possuíamos o Juizo por Jurados, que devíamos adoptar para cumprimento da Constituição, e garantia das liberdades publicas. Esta consideração, e o conhecimento da maneira, por que tem sido votados estes Codigos, me anima e conforta a dizer francamente meu sentimento a respeito, e a esperar que a Assembleia Geral se occupará em rever ambos, para os adaptar melhor ás circumstancias do Paiz.

Sem duvida, Senhores, os nossos Concidadãos exigem hoje muito da Assembleia Geral: o maior numero, fatigado do vazio das theorias politicas, pede remedio ao meio circulante, espera e reclama melhoramentos materiaes, que dem prosperidade ao Paiz, que a ella tem direito; mas Vós não po-

deis curar proveitosamente do meio circulante, e do bem estar material da Sociedade, sem que primeiro segureis a sua existencia. Eu não fallo nos interesses do Poder, não vos peço Leis excepcionaes, nem as creio necessarias; peço-vos, em prol da nossa Patria, Leis fortes, energicas, e providentes, adaptadas ás suas circumstancias, e capazes de restituir-lhe a paz, a ordem, a tranquillidade, e de segurar a propriedade, e a vida dos Cidadãos pacificos, que tem promessas de garantias, mas que de facto estão quasi abandonados ao furor dos assassinos, e á avidez dos ladrões.

Sim, Senhores, Vós tendes destruido o poder absoluto: delle já não restão vestigios; resta-vos agora, para consummardes a vossa obra, reconstruir o Poder Constitucional, armando-o de Leis e Instituições, que lhe dem força capaz de defender a liberdade, a integridade do Imperio, e a Monarchia Constitucional, se ella se pozer em perigo.

Reparai nas facções, que se agitam em todo o Imperio; vêde a impunidade com que se menoscaba, se desobedece, e se depõe a Authoridade, se cunha moeda falsa, se importão, e furtão escravos, se rouba, se assassina. O Governo com as melhores intenções não tem sufficientes meios legaes pa-

ra fazer conter essas facções, para fazer punir esses criminosos: seus Membros são tachados de frouxos pelos inexpertos, que não vem que a frouxidão vem das Leis, e não dos homens; o arbitrario he lembrado, e por ventura invocado pelos mal avisados, que o julgão meio de força, quando no meu entender elle serviria somente para melhor demonstrar a fraqueza, e debilidade das Leis, e apres-sar a dissolução.

Estes males, Srs., pedem promptos reme-dios; e Vós desmentirieis a confiança, que merecestes da Nação, se os não applicasseis breve e convenientemente.

POLICIA.

A Policia, objecto de tanta importan-cia em tempos de perturbações, pode-se dizer que não existe hoje no Imperio. A Intendencia Geral da Policia desta Côrte, que em muitas occasiões foi objecto de de-clamações taes, que ao ouvir-se os decla-madores, dever-se-hia suppol-a montada á si-milhança da Policia de França, de facto nunca á ella se approximou: No tempo da minha vida publica sempre a conheci limi-tada á administração de obras publicas, e á apprehensão de ladrões, e malfetores, de

objectos roubados, ou furtados, e de escravos fugidos. Estas mesmas attribuições erão mal exercidas por deficiencia de meios, por-que cada anno huma desgraçada fatalidade fazia com que mais se lhe aguarentassem os poucos, que tinha, negando-se-lhe sempre toda a especie de cooperação.

Assim mesmo a Policia, sempre que teve Intendente habil, e deligente, não pe-quenos serviços fez a esta Capital; hoje po-rem está inteiramente privada de os poder fazer de alguma valia.

O Codigo do Processo extinguiu o In-tendente Geral da Policia, ordenando, co-mo ordenou, que nas Cidades populosas po-dessem haver até tres Juizes de Direito, e que hum delles fosse o Chefe da Policia. O Codigo porem não definio o que fosse Che-fe da Policia, que attribuições tinha, e co-mo as havia de exercer.

O Governo deo-lhes hum Regulamento; mas Vós bem sabeis até onde podia chegar esse Regulamento: por elle o Chefe da Po-licia está quasi limitado a transmittir noticias aos Juizes de Paz, e a recebel-as delles pa-ra as communicar ao Governo. He facil por tanto ajuizar que Chefe da Policia he hum nome vão, que não serve senão para com-prometter o Magistrado, que o tiver. O Pu-

blico, fácil de illudir-se com os nomes, que-
rerá exigir delle os mesmos serviços, que
recebia do Intendente Geral da Policia; mas
elle de facto nenhuns poderá prestar, e pa-
ra disso nos convenceremos basta ponderar
que não tem jurisdicção para passar hum
só Mandado de busca, hum só Mandado de
prisão.

Augustos e Dignissimos Senhores Repre-
sentantes da Nação, em huma Capital como
esta, em que ha huma tão grande accumu-
lação de ladrões, e facinorosos, e em que
aportão tantos Estrangeiros vadios, habeis
na arte de furtar, he indispensavel huma
Policia melhor montada. Os Juizes de Paz
não podem exercel-a satisfactoriamente; alem
disso não se pode pôr á disposição de
tantos Juizes a força publica, e nem po-
de haver a unidade, que seria necessaria.
A muitos falta a intelligencia, zelo, e
actividade, que para isso era necessaria; ou-
tros occupados com seus negocios particula-
res temem procurar vestigios de delictos, que
lhes roubarião o tempo, que querem dar a
esses negocios. O que ainda a pouco tem oc-
corrido a respeito das fabricas de moeda falsa
prova sufficientemente esta verdade: hum Juiz
de Paz apprehende huma fabrica de cunhar
cobre; mas dispõe tão mal a diligencia, que

deixa escapar os cunhadores. Hum outro que
se havia mostrado zeloso e diligente contra
os delinquentes de moeda falsa, he escolhi-
do pelo Chefe da Policia para effectuar a
apprehensão de huma grande Fabrica, cuja
existencia era ha muito sabida, e de que en-
tão se soubera a localidade. A apprehensão
he em verdade effectuada, mostrando-se o
Juiz tão activo, que foi pessoalmente fazel-a;
não são dadas porem as providencias re-
pentinas, que seriam necessarias para se co-
nhecer seus muitos socios, e verificar-se
sua prisão; ao contrario esse Juiz de Paz,
zeloso e diligente, se me apresenta no dia
seguinte, pedindo que o eximisse de prose-
guir em similhante negocio, em que talvez
estivessem envolvidas pessoas poderosas; mos-
tra-se receoso de compromettimento, e diz
que amigos seus o aconselhão de ser menos
zeloso, e que outros o chamão Meirinho do
Juiz de Direito, e emprestão já a similhan-
te negocio huma cor politica!

Vêde, Senhores, como pode ser respon-
savel pela Policia da Capital, e do Imperio,
hum Governo a quem só se dão agentes
taes!

Não tenho dito tudo. Suppondo que os
Juizes de Paz tivessem todo o zelo, acti-
vidade, e intelligencia, nem por isso po-

dião policiar a Cidade, porque a isso se oppõe o Código do Processo. Hum delicto muito frequente nella he o furto de escravos. Esta propriedade não se guarda, anda pelas ruas, e ahi está sujeita não só á violencia, como as outras especies de propriedade, mas tambem á seducção. A experiencia tem mostrado que este delicto difficilmente se prova pelos meios regulares, e ordinarios: a apprehensão dos escravos e ladrões he que quasi sempre fornece a prova; mas essa apprehensão difficilmente se pode verificar, porque esta especie de ladrões he ordinariamente, e por necessidade, ambulante, e porque semelhante delicto tem somente quatro annos de prisão com trabalho, e isso não basta para se poder prender sem culpa formada. A busca tambem difficilmente terá lugar, porque raras vezes neste delicto se dão as miudas circumstancias exigidas para se poderem passar taes Mandados.

Assim, Senhores, pode-se dizer que o Código do Processo, no que toca á Policia, não protege a vida dos Cidadãos honrados, não lhes garante meios de haverem sua propriedade roubada; protege os roubadores, difficulta, e torna incerta a apprehensão do que elles huma vez conseguirão appropriar-se violenta, ou astuciosamente.

Aqui cabe notar, primeiro, que as penas estabelecidas no Código penal contra vadios e mendigos não tem quasi applicação, porque, não havendo casas de correcção, e conhecendo muitos Juizes de Paz que a prisão simples nas nossas Cadêas he huma escola capaz de converter os que erão só vadios, ou mendigos em facinorosos, ou ladrões, repugnaõ fazer processos de semelhante natureza, e que dão taes resultados: segundo, que o Código do Processo não definiu o que fosse jurisdicção policial, antes confundio inteiramente o que a semelhante respeito estava estabelecido no Código Criminal, e nas Leis de 6 de Junho, e de 26 de Outubro de 1831; achando-se ahi artigos escriptos antes destas Leis, e alheios e contrarios ás suas disposições; e outros, que parecem suppol-as, e a ellas se referirem.

CADEIAS.

Em grande parte dos Municipios do Imperio não existem Cadêas; não digo Cadêas limpas, seguras, e bem arejadas, como promette e garante a Constituição, digo que não existe em grande parte dos Municipios do Imperio nenhuma especie de casa destinada para prisão dos delinquentes, que es-

tiverem em livramento, ou forem condemnados á prisão simples.

Os Alvarás de creações de Villas, de que tenho noticia, todos ordenarão a construcção e levantamento de Cadêas, e Casas de Camara á custa dos moradores do Termo das Villas mandadas crear; entretanto, ou por negligencia, e descuido dos Ouvidores de Comarcas encarregados da creação dessas Villas, ou pela pobreza dos habitantes, o facto he que mesmo muitas d'essas Povoações antigamente erigidas em Villas não possuem, nem jamais possuirão Cadêas. Se isso aconteceu ás antigas Villas, duplicada razão houve para acontecer ás muitas novas mandadas crear por Decretos da Assembleia Geral, por que nelles não se tem imposto huma semelhante obrigação aos moradores, e ás Camaras, que a tem, faltão as rendas para isso necessarias.

Os lugares, e a fórma por que se administrava a Justiça Criminal antes da publicação do novo Código de Processo tornava esta falta menos sensivel, e damnosa; mas logo que o Código for posto em execução nessas Villas, se conhecerá que essa falta difficulta, e talvez impossibilite a administração da Justiça Criminal, conforme o novo systema.

Os Réos dos crimes mais graves, antes

da publicação do Código do Processo Criminal, logo que se lhes formava culpa, e muitas vezes antes, erão remettidos, ou ás Cadêas das Cabeças de Comarca, ou ás das Capitaes das Provincias, em que havião Juntas de Justiça, ou Relações para ahi serem julgados; não devendo porem hoje ter lugar huma semelhante remessa, antes tendo os Réos, ainda os arguidos d'assassinio, ou roubo, de serem julgados pelo Jury do seu domicilio, ou do lugar em que commetterão o crime, he evidente que mil embaraços se encontrarão na guarda de semelhantes delinquentes, que provavelmente pela maior parte se escaparão impunes. Se nesta Capital, e em outras, onde existem Cadêas, e algumas dellas fortes, os arrombamentos, e fuga de presos se tem tornado tão frequentes, ou porque a arte tem aperfeiçoado os instrumentos d'arrombamento, ou porque em geral os Carcereiros, e Guardas são negligentes; o que se deve esperar que aconteça nessas Povoações, em que não ha Cadêas, ou se as ha são mal construidas, e menos fortes que as das Capitaes? A prudencia talvez aconselhava que ao novo systema de Administração da Justiça tivessem precedido as providencias necessarias, para que effectivamente se construissem Cadêas em todos os Termos.

Tratando particularmente desta Capital, devo informar que tambem n'ella não existe hum Cadêa com os requisitos garantidos pela Constituição. No começo de minha administração os presos da Justiça estavam parte no Aljube, e parte na Ilha das Cobras, e outras Fortalezas.

As prisões da Ilha de Santa Barbara, e as da Ilha das Cobras estavam em obra. Estas forão concluidas; outras se fizerão na prisão do Aljube, para onde passou a enfermaria dos presos.

As prisões da Ilha das Cobras forão entregues á Repartição da Marinha, á que pertencião. Presentemente os presos da Justiça achão-se nas prisões de Santa Barbara, e na Cadêa do Aljube, e os Escravos na prisão do Castello, estando as prisões da Ilha das Cobras occupadas com os condemnados a trabalhos publicos sob a inspecção da Repartição da Marinha.

São multiplicados os arrombamentos, que tem havido nas duas primeiras prisões, e a despesa que se faz com o seu concerto he excessiva. Aqui cumpre-me lembrar, que, depois da execução da Lei do 1.º de Outubro de 1828, muitas Camaras tem posto duvidas ao pagamento de ordenados aos Carcereiros: será portanto conveniente que a Assembleia

Ge'ral tome hum semelhante objecto em consideração.

CASAS DE CORRECÇÃO.

Não existem ainda no Imperio Casas destinadas para prisão com trabalho; verdade he que na Lei do Orçamento do corrente anno financeiro forão decretadas quantias para esse fim; não estou porem informado da applicação, que nas Provincias se tem dado a essas quantias.

N'esta, em razão das difficuldades, que tenho encontrado na aquisição de terreno proprio, e accommodado para o objecto, e dos muitos embaraços, que tem havido nesta Repartição, que alias, durante a minha administração, tem quasi sempre tido obras nas prisões ora existentes, não tenho podido dar applicação á quantia, que para ella foi decretada na mesma Lei, apesar de ter tido este objecto sempre em vista.

A falta de taes Casas he extremamente damna. O Codigo Criminal não faz quasi nenhum uso das penas de morte, galés, degredo, e desterro; a maior parte dos delictos tem a pena de prisão com trabalho, e entretanto não existe no Imperio hum só Casa para esse fim!! E pode-se dizer sem perigo de erro, que, apesar da boa vontade

de da Assembleia, e dos executores, muitos annos tem de decorrer, antes que possam haver semelhantes Casas em todos os lugares, em que são necessarias, para que o Codigo tenha nessa parte execução.

Neste ponto, Augustos e Dignissimos Senhores Representantes da Nação, houve tambem a falta de precederem as Instituições a estabelecimentos materiaes, que demandão tempo, grandes sommas de dinheiro, persistencia, e constancia nas Administrações encarregadas de sua execução, e que entretanto erão absolutamente necessarios, para se pôrem em vigor essas Instituições: dahi proveio a necessidade de se commutarem as penas de prisão com trabalho nos termos do artigo 49 do mesmo Codigo, em prisão simples com augmento da sexta parte do tempo; e dessa commutação resulta que as Cadêas estão cheias de condemnados, que continuamente se esforção por arrombal-as, e não poucas vezes o conseguem.

Convirá, Senhores, persistir em semelhante systema? Se as nossas Cadêas não são sufficientes para commodamente conterem os pronunciados, como poderão conter os condemnados de mais hum, ou dois annos? E caso possam contel-os, não perderá a moral, e a Sociedade na accumulção de tantos ho-

mens ociosos, que util e proveitosamente poderão ser empregados?

Senhores, com quanto eu esteja persuadido que as Casas de Correção, ou de prisão com trabalho, sendo devidamente construidas, dando-se-lhe Regimento proprio, e tendo hum Inspector, ou Administrador habilitado, podem apresentar neste Imperio os mesmos bons resultados, que semelhantes Casas tem apresentado nos Estados Unidos d' America; todavia crente de que muitos annos são necessarios para que taes construcções se effectuem, e entendendo que falta-nos para ellas meios pecuniarios sufficientes, e que convirá estabelecer ensaios em huma, ou outra localidade, antes de as generalisar, sou de opinião que se altere o Codigo na parte, em que estabelece semelhantes penas, substituindo-as convenientemente por outras. Entendo que convirá fazer-se maior uso da pena de degredo; não digo o degredo tal qual tem sido entre nós usado, isto he, por simples fixação de lugar para residencia dos Réos. Entendo que para se applicar utilmente esta pena se devem formar Colonias agricolas em differentes localidades, e que para ellas se devem mandar os degradados, fornecendo-se-lhes instrumentos, e compellindo-os a trabalhos agricolas, debaixo de hu-

ma rigorosa administração. Tais Colónias tem apresentado na Belgica, e na Hollanda excellentes resultados. Ahí alem das Colónias agricolas forçadas para onde são enviados os condemnados, outras se instituirão, onde são recebidos voluntariamente os individuos, que sem esse asilo se entregariam á mendiciedade, e á vadiagem nas grandes Cidades, e todos estes estabelecimentos tem compensado as despezas feitas com a aquisição dos terrenos, o que he nada em comparação da vantagem, que tem tirado a Sociedade, e a moral com o melhoramento e emenda de tantos individuos, que se tem tornado uteis ao Paiz, apresentando até algumas dessas Colónias como Escolas normaes d' agricultura.

Neste Imperio, onde a aquisição dos terrenos nada custaria á Nação, e onde ha inteira falta de estabelecimentos industriaes, parece-me que maiores vantagens ainda se podem tirar de semelhantes Colónias.

PRESOS.

Apezar de ter o Governo enviado circulares á todas as Provincias, exigindo Mappas trimestraes dos presos existentes em suas Cadêas, e de ter remettido modelos para se

organisarem semelhantes Mappas, não posso dar hum conta exacta dos presos, que se achão nas suas diferentes Cadêas, pela falta de cumprimento dessas Ordens em algumas Provincias, e pela confusão em que vem os Mappas de outras: acrescendo, que de quasi todas só tem vindo Mappas dos presos existentes nas Cadêas das Capitães; limitar-me-hei por tanto a fazer algumas observações geraes.

Notarei primeiramente, que existe nas Provincias hum grande numero de presos por sentenciar, achando-se alguns nas Cadêas a mais de anno. Isto prova que a nossa antiga forma de processar não era boa, que a Administração da Justiça não era prompta; e aqui cabe-me tambem notar que o novo Codigo do Processo não offerece melhoramento a semelhante respeito.

Os recursos, que nelle se dão especialmente quando a pena imposta he de mais de cinco annos de degredo, ou de tres de prisão, ou galés, são infinitos; e na sua letra podem-se dar casos, em que jamais se esgotem. Alem disso hum só Promotor, e hum só Conselho de Jurados nas grandes Cidades, com o numero de Sessões periodicas, e com a duração dellas estabelecida no Codigo, não he sufficiente para dar prompta

ma rigorosa administração. Taes Colonias tem apresentado na Belgica, e na Hollanda excellentes resultados. Ahí alem das Colonias agricolas forçadas para onde são enviados os condemnados, outras se instituirão, onde são recebidos voluntariamente os individuos, que sem esse asilo se entregariam á mendicidade, e á vadiação nas grandes Cidades, e todos estes estabelecimentos tem compensado as despesas feitas com a aquisição dos terrenos, o que he nada em comparação da vantagem, que tem tirado a Sociedade, e a moral com o melhoramento e emenda de tantos individuos, que se tem tornado uteis ao Paiz, apresentando até algumas dessas Colonias como Escolas normaes d' agricultura.

Neste Imperio, onde a aquisição dos terrenos nada custaria á Nação, e onde ha inteira falta de estabelecimentos industriaes, parece-me que maiores vantagens ainda se podem tirar de semelhantes Colonias.

PRESOS.

Apezar de ter o Governo enviado circulares á todas as Provincias, exigindo Mappas trimestraes dos presos existentes em suas Cadêas, e de ter remettido modelos para se

organisarem semelhantes Mappas, não posso dar hum conta exacta dos presos, que se achão nas suas differentes Cadêas, pela falta de cumprimento dessas Ordens em algumas Provincias, e pela confusão em que vem os Mappas de outras: accrescendo, que de quasi todas só tem vindo Mappas dos presos existentes nas Cadêas das Capitaes; limitar-me-hei por tanto a fazer algumas observações geraes.

Notarei primeiramente, que existe nas Provincias hum grande numero de presos por sentenciar, achando-se alguns nas Cadêas a mais de anno. Isto prova que a nossa antiga forma de processar não era boa, que a Administração da Justiça não era prompta; e aqui cabe-me tambem notar que o novo Codigodo Processo não offerece melhoramento a semelhante respeito.

Os recursos, que nelle se dão especialmente quando a pena imposta he de mais de cinco annos de degredo, ou de tres de prisão, ou galés, são infinitos; e na sua letra podem-se dar casos, em que jamais se esgotem. Alem disso hum só Promotor, e hum só Conselho de Jurados nas grandes Cidades, com o numero de Sessões periodicas, e com a duração dellas estabelecida no Codigo, não he sufficiente para dar prompta

expedição aos processos de presos, que ora estão nessas Cidades por sentenciar; principalmente devendo-se desde já contar com a morosidade propria do nosso tirocinio em semelhante formula de julgar. E sendo assim, quando chegará a vez de serem sentenciados os muitos Réos, que actualmente se achão seguros, ou afiançados, e os que diariamente são pronunciados?

Minha segunda observação he que a maior parte dos delinquentes, que se achão presos nas Provincias, que enviarão Mappas, são Réos de morte, e de roubo; advertindo todavia que avultão tambem nas Provincias da Bahia, Maranhão, e Pará os presos por crimes politicos. Se a Regencia tivesse a attribuição de conceder amnistias nos termos da Constituição, teria certamente, durante a actual Administração, usado amplamente della em favor dos Réos pronunciados por taes crimes nas Provincias do Pará, e Maranhão, como suas peculiares circumstancias exigem; e com pequenas excepções teria estendido essa graça ás outras Provincias: não lhe cabendo porem essa attribuição pela mesquinha Lei, que marcou os limites das que lhe devião competir, cumpre á Assembleia Geral tomar sobre o objecto as medidas, que julgar convenientes.

Nesta Capital, conforme a relação que me foi enviada pelo Juiz de Direito Chefe da Policia em data de 16 de Abril, havião os seguintes presos:

Na Cadêa do Aljube 340, a saber:

109 Simplesmente pronunciados.

92 Com o Libello ja offerecido.

34 Presos em custodia, comprehendendo-se neste numero alguns Marinheiros presos á requisição dos Consules.

34 Sentenciados á prisão simples.

22 A outras penas.

3 A morte.

3 Havião cumprido suas sentenças, e devião ser soltos mediante algumas formalidades.

43 Não se pôde averiguar o estado de seus processos.

Nas prisões de Santa Barbara existião 68 presos, a saber:

3 Pronunciados.

4 Com o Libello offerecido.

34 Condenados á prisão simples.

14 A outras penas.

13 Não se pôde averiguar o estado dos seus processos, e penas, á que estão condemnados.

Nas prisões da Ilha das Cobras existião entregues á Repartição da Marinha 243 presos condemnados a trabalhos publicos.

Na prisão do Castello existião 198 presos, a saber :

3 Condemnados a galés.

3 Pronunciados.

192 Escravos presos por fuga, correcção, ou requisição dos Senhores.

O máo estado, em que o Chefe da Policia achou a escripturação dos Livros das Cadêas, e a passagem dos processos da Correcção do Crime da Côte e Casa para outros Cartorios, derão justa causa a que elle não podesse informar com a urgencia, que lhe foi exigida, o estado dos processos de alguns dos presos do Aljube, e Santa Barbara, que deixo mencionados.

Aqui cabe-me reclamar a attenção da Assembleia Geral sobre a sorte dos presos desta Capital. A Cadêa do Aljube he mal situada, e por isso pouco arejada; contém prisões pouco espaçosas; sem embargo disso os presos preferem estar ahi amontoados, a passarem-se para as prisões de Santa Barbara, que são sem duvida mais commodas; e allegão as difficuldades de ahi verem seus parentes, amigos e procuradores. O amontoamento dos presos, a falta de limpeza, e mudança de vestuario, a má construcção dos canos de esgoto, faz com que ahi haja exhalacões insuportaveis, que, corrom-

pendo o ar, dão causa a muitas enfermidades.

Hum outro objecto digno da attenção da Assembleia Geral he o sustento dos presos. As quantias decretadas na Lei do Orçamento para sustento dos presos pobres desta Provincia não são sufficientes para se lhes dar o necessario, principalmente dando-se partilha dellas aos Municipios de fóra que justamente o exigem.

A Casa da Misericordia, que costumava subministrar aos presos desta Capital huma frugal comida diaria, ou pela diminuição de suas rendas, ou por má administração, tem coarctado as quantidades e qualidades desse alimento, e os encarregados desse fornecimento ainda fazem outras subtracções, de que se queixão os presos, e que o Carcereiro confirma.

ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA CIVIL.

A Administração da Justiça Civil foi, pela disposição provisoria, que ácerca d'ella se annexou ao Codigo do Processo Criminal, desembaraçada de muitas delongas, trapacas e chicanas, que as Leis, e o uso do Fóro tinham introduzido, em prejuizo da brevidade, e talvez do conhecimento da verdade:

entretanto a concisão com que se fizeram tantas, e tão graves reformas em vinte e tantos Artigos, não podia deixar de dar causa a que muitas duvidas, e embaraços se suscitassem.

As Partes, os Procuradores, e mesmo alguns Advogados, estão como desorientados; clamores se ouvem de toda parte, porem muitos não tem fundamento razoavel; são d'aquelles, que acompanhão, e por muito tempo desacreditão, as reformas, que ferem, ou deslocação interesses privados: outros porem tem justo fundamento, julgo por tanto necessario constancia, e discernimento para conservar o que de util se estabelece, e esclarecer o que em verdade he duvidoso, ou obscuro.

A Administração dos Orfãos não soffeo alteração consideravel pelo novo Código; somente se tirou parte da jurisdição contenciosa aos seus Juizes, e deu-se nova fórma á sua nomeação: o artigo que coarctou a jurisdição contenciosa, não está redigido com toda a clareza, e talvez por isso venha a dar lugar a muitas questões de competencia.

A Administração do patrimonio dos orfãos não foi melhorada, e ainda se não acatou a falta que teve a Lei do L.^o de Orfãos.

tubro de 1828, respeito á nomeação de Thezouzeiro.

A extincção dos Ouvidores de Comarca, que erão Provedores de Orfãos, tornando os Juizes mais absolutos na disposição administrativa dos bens dos Orfãos, não sei se lhes será util, ou vantajosa; a experiencia he quem nos poderá esclarecer.

Aqui compre-me notar que o Código do Processo na generalidade de suas disposições parecia extinguir a Conservatoria Bratapica, o que todavia se não pôde verificar por se oppor aos Tratados em vigor. O Conservador ultimamente nomeado, Magistrado intelligente, e Membro do Corpo Legislativo, não deixará de vos propor a solução de muitas duvidas, que occorrem a respeito do modo de verificar o exercicio de sua jurisdição, tanto civil, como criminal.

Tambem pelo novo Código, extinguindo-se as Ouvidorias, se extinguiu a Conservatoria dos Indios, que pertencia aos Ouvidores das Comarcas, e deixou-se de prover sobre a administração dos terrenos, que se achão aforados. Não sei quanto occorre a este respeito nas outras Provincias; sei porem que nesta o Conservador dos Indios, não só era Juiz de suas causas civeis, e cri-

mes, mas tambem de facto era Administrador dos seus bens.

Huma parte das Sesmarias, que os Indios possuíam em Mangaratiba, S. José d'El-Rei, S. Lourenço, e Aldêa de S. Pedro de Cabo Frio desde muito tempo, se acha usurpada; huma outra parte acha-se aforada, ou arrendada a diversos Colonos, que compram a Indios o uso fructo, e pagão modico foro annual á Conservatoria. Poucos Indios existem hoje em S. José, em S. Lourenço, e em Mangaratiba. Na Aldêa de S. Pedro, e Valença existe maior numero, pela distancia em que se achão do Arsenal da Marinha, que muito concorreo para a quasi extincção dos das outras Aldêas. Os Indios existentes estão de posse ainda de parte de suas Sesmarias; he porem notavel a facilidade com que elles as alienão.

O foro das terras, que se achão occupadas por Colonos, que reconhecem o dominio directo dos Indios, era recebido nesta Cidade por hum Thesoureiro, que para esse fim existia: a cobrança era promovida pelo Conservador, e Escrivão da Conservatoria. Este dinheiro era despendido com esmolas a Indios aleijados, cegos, e velhos; com festas, azeite, e cera para as Matrizes de S. Lourenço, S. Bernabé, e S. Pedro; com

ordenado aos Sagristães, e ao Escrivão da Conservatoria; e muitas vezes com projectadas medições das Sesmarias, das quaes nunca os Indios tirarão proveito.

A vista do exposto he evidente a necessidade de algumas medidas, e providencias da Assembleia Geral a este respeito.

Minha opinião he que os Indios sejam emancipados, e tenham a livre administração das terras, de que estão de posse; e que das aforadas, e bem assim do dinheiro existente em cofre, se faça doação ao Hospital dos Lazaros desta Côrte, para as administrar, e receber seus fóros, e applical-os á sustentação, e curativo dos Lazaros depois de deduzido o necessario para satisfação das despesas, que anteriormente se achavão a cargo da conservatoria.

NEGOCIOS ECCLESIASTICOS.

Neste ramo de Administração, só tenho de apresentar-vos o estado da Capella Imperial, em cumprimento do disposto no §. 3.º do Artigo 25 da Lei de 15 de Novembro de 1831.

Existem actualmente na Capella Imperial
105 Empregados; a saber: 8 Monsenhores;
20 Conegos; 14 Capellães Cantores; 3 Mes-

três de Ceremonias; 4 Confessores; 5 The-
soureiros, 2 do Thesouro, Alfaias, e Guarda-
cera, e 3 da Sacristia; 10 Sacristas; 4 Var-
redores; 2 Masseiros; 2 Sineiros; 1 Escrivão;
1 Mestre de Armador; 2 Organistas; 2 Mes-
tres de Capella; 25 Musicos; 1 Encrespa-
dor; 1 Andador da Irmandade do Santissimo
Sacramento da Capella.

Ha alem disso 2 Capellães Aposentados,
e 6 Musicos Jubilados.

Passando-se para o Ministerio da Fazenda
os ordenados dos Aposentados e Jubilados,
a despesa desta Repartição com os Empre-
gados, guisamento, cera, armação, hostias,
lavagem &c. deve montar a 48:300\$900 réis;
entretanto convem que a Assembleia Geral de-
crete os mesmos 50:000\$000 réis dados no
corrente anno financeiro, visto que a Musica
actual tem falta de vozes, e que podem oc-
correr algumas despesas extraordinarias com
o concerto da Capella, na qual o Inspector
informa recear ruina; accrescendo a isso a ne-
cessidade de alguns paramentos, e roupas
novas.

SECRETARIA D' ESTADO.

A Secretaria d' Estado tem, alem do
Official Maior, oito officiaes; este numero pa-

rem não he sufficiente para o laborioso expe-
diente, que tem accrescido a esta Repartição.
A sua organização interna conviria ser alte-
rada, dividindo-a em classes, segundo os di-
versos ramos d' Administração hoje a seu cargo,
para o que seria indispensavel que o Governo
fosse auctorizado a admittir mais dois officiaes,
e a conferir alguma gratificação aos que, no-
meados Chefes das referidas Classes, mais
se distinguissem neste novo serviço, para
servir de estímulo aos outros, com o que
muito se facilitaria o seu expediente.

A experiencia tem mostrado que os dois
Correios, á que a Lei do Orçamento do fu-
turo anno financeiro reduzio os quatro, que
existião, não são sufficientes para o serviço
desta Repartição; este numero não pare-
cerá excessivo, logo que se attenda a que
dois estão diariamente empregados, hum na
Secretaria, e outro ás ordens do Ministro;
e que, sendo susceptiveis de adoecerem, o
expediente sofrerá necessariamente, logo que
isso aconteça.

O arbitrio de chamar-se em tal caso Sol-
dados do Corpo de Permanentes, alem de
ser contrario á disciplina e boa ordem, que
convem conservar neste Corpo, a experiencia
tem mostrado tambem, que he mais oneroso
á Fazenda Publica, e prejudicial ao expe-

diente da Secretaria d' Estado. Parece-me portanto de absoluta necessidade a conservação dos mesmos quatro Correios, como até o presente.

Palacio de Rio de Janeiro em de
Maio de 1833.

Honorio Hermeto Carneiro Leão.

RIO DE JANEIRO, NA TYPOGRAPHIA NACIONAL.

1833.